

Trabalho de Conclusão de Curso (2024)

ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DO GERENCIAMENTO DE RESULTADOS NO AUDIT DELAY

Rayane Silva Gondim¹, Yuri Gomes Paiva Azevedo²

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar a influência do gerenciamento de resultados no *audit delay* em empresas brasileiras listadas na B3, utilizando como base dados financeiros de 174 companhias, no período entre 2014 e 2022. Para isso, foram coletados dados quantitativos das empresas e realizada análise de regressão linear múltipla. Os principais resultados indicaram que o gerenciamento de resultados está diretamente relacionado ao aumento do *audit delay*, especialmente quando envolvem gerenciamento por produção e gerenciamento por fluxo de caixa. Em contrapartida, os resultados também mostraram que o parecer do auditor independente sem ressalva diminui o *audit delay*. A pesquisa também constatou que empresas maiores tendem a ter menor tempo de atraso para a emissão do parecer de auditoria, enquanto aquelas com altos níveis de endividamento experimentam atrasos maiores. Esses achados corroboram estudos internacionais e apontam a necessidade de maior atenção por parte dos gestores quanto às práticas contábeis que podem impactar o tempo de conclusão da auditoria. O estudo oferece uma contribuição significativa para a compreensão da relação entre o gerenciamento de resultados e o atraso na emissão de relatórios de auditoria, evidenciando a importância da qualidade da informação contábil nas informações financeiras das entidades.

Palavras-chave: *Audit delay*. Qualidade da Auditoria. Gerenciamento de resultados.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade desempenha um papel relevante nas organizações e tem como objetivo central fornecer informações sobre a situação financeira de determinada entidade. Essas informações tornam-se estratégicas quando são úteis. De acordo com o CPC 00 R2 (2019), se a informação contábil-financeira é para ser útil, ela precisa ser relevante e representar com fidedignidade o que se propõe a representar. Ademais, a qualidade da informação contábil-financeira é ampliada se ela for comparável, verificável, tempestiva e compreensível, para auxiliar na tomada de decisão, por parte de gestores, investidores e outras partes interessadas. McGee e Prusak (1994) reforçam a afirmativa de que "informação é poder", destacando a necessidade de aprimorar a capacidade das pessoas para fazer uso da informação, bem como a capacidade da própria organização de fazer um melhor uso de indivíduos capazes de lidar com essas informações.

Na contabilidade, o gerenciamento de resultados é um método de uso das técnicas contábeis para gerar demonstrações financeiras que expressem de forma favorável as atividades comerciais e posições financeiras de uma organização. De acordo com Santos e Grateron (2003), a expressão "*earnings management*" pode ser compreendida como gerenciamento ou manipulação dos resultados, com a intenção de mostrar uma imagem diferente (estável no tempo, melhor ou pior) da companhia. Nesse sentido, esse método pode envolver escolhas nas políticas contábeis e outras decisões que modifiquem os resultados da entidade, objetivando atingir metas direcionadas a aparência da empresa.

¹ Bacharelado em Ciências Contábeis.

² Doutor em Controladoria e Contabilidade

Segundo Ponte *et al* (2008) o atraso na emissão dos relatórios de auditoria, chamado também de *Audit Delay* (AD), é definido como o tempo decorrido entre a data de fechamento do período contábil e a data que o relatório de auditoria é assinado. Em suma, o AD reflete a complexidade e as dificuldades do processo de auditoria, podendo ser ocasionado por inúmeros fatores, incluindo problemas nas documentações, alterações das normas contábeis, obstáculos na obtenção de evidências, dentre outros. Tendo como base tal aspecto, a afirmação de Knechel e Payne (2001) de que o AD pode diminuir o valor informacional e a relevância das demonstrações contábeis-financeiras se torna cada vez mais irrefutável. Logo, um maior atraso pode resultar em inconformidades regulatórias. Além disso, esses atrasos podem ocasionar diversas implicações nas organizações, principalmente relacionado a gestores e investidores, considerando que ambos dependem de informações financeiras atualizadas e tempestivas, para uma maior segurança na tomada de decisão e menor impacto nas possíveis variáveis negativas relacionadas a investimentos (Easton, 1998).

Atualmente, existem algumas pesquisas internacionais que abordam o *audit delay* e o gerenciamento de resultados, como por exemplo Pacheco-Paredes e Wheatley (2021), que realizaram um estudo sobre como os auditores reagem ao gerenciamento de resultados reais, onde abordaram diferentes hipóteses e chegaram em conclusões coerentes com essa linha de pensamento. Bem como, Fakhfakh e Jarboui (2022) também realizaram uma investigação e análise da influência do gerenciamento de resultados na defasagem do relatório de auditoria. Nesse sentido, no âmbito internacional existem variados estudos que abordam o tema de forma concreta e com diversas análises.

Entretanto, verifica-se que atualmente existem poucos estudos que abordaram a influência do gerenciamento de resultados no *audit delay* no âmbito nacional. Até o momento, verificou-se que Valadares (2019) examinou a relação entre *audit delay* e o nível de gerenciamento de resultados nas empresas listadas na B3. Dentre os principais resultados, verifica-se que quanto maior o nível de gerenciamento de resultados de uma empresa, medido pela *proxy* accruals discricionários, mais tempo o auditor levará para concluir seus trabalhos. Nesse sentido, verifica-se que ainda existem lacunas a serem preenchidas no contexto nacional, como a influência de outras medidas de gerenciamento de resultados (por resultados reais, como despesas discricionárias anormais, custos de produção anormais e fluxos de caixa anormais) no *audit delay*. Destarte, a pesquisa em questão tem como objetivo investigar se existe uma influência do gerenciamento de resultado por atividades reais no *audit delay*.

Outrossim, a pesquisa contribui para que tanto os usuários quanto as organizações analisem como os seus principais processos são afetados com os atrasos dos relatórios de auditoria, realizando assim um planejamento para minimizar os impactos negativos que podem acontecer, bem como o gerenciamento de resultados podem alterar esses cenários, seja de forma negativa ou positiva. Além disso, será importante para a compreensão de até que ponto as organizações estarão comprometidas à medida em que esses atrasos diminuem a seguridade das informações. Em conclusão, o atual estudo também tem como finalidade auxiliar na conformidade regulatória das normas contábeis para que os órgãos responsáveis possam dar mais atenção quanto ao acompanhamento da qualidade e significância das informações divulgadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Audit Delay

Segundo Serrano, Silva e Nardi (2020) a necessidade por serviços de auditoria é motivada pela falta de interação entre os usuários e os preparadores das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs), que determinam a tomada de decisões de investimento, créditos e preços de ações. Nesse viés, é destacado que por intermédio do relatório de auditoria que é estabelecida a comunicação entre o auditor, empresas e os usuários das DFPs (Al-Thuneibat *et al.*, 2007). Dessa forma, se faz necessário que esse relatório seja objetivo, claro, completo e imparcial.

À medida que a responsabilidade dos auditores no vínculo principal-agente é emitir relatórios ou pareceres sobre as demonstrações contábeis de excelência (Johl; Jubb; Houghton, 2007), eles se tornam um pilar fundamental para as tomadas de decisões futuras e são aptos a demonstrar a qualidade das DFPs (Lopes; Martins, 2005).

No entanto, Knechel e Payne (2001) afirmam que as DFPs podem ter sua eficácia comprometida caso exista atraso em sua divulgação. Conhecido como *Audit Delay*, em linhas finas, é o tempo de atraso do relatório de auditoria. O *audit delay* é o intervalo de tempo que decorre entre o fim do ano fiscal e a emissão do parecer de auditoria. Em outras palavras, é o período necessário para que o auditor conclua sua análise e divulgue oficialmente suas descobertas e conclusões (Bamber; Bamber; Schoderbek, 1993; Pereira, 2011).

Baldacchino *et al.* (2016) afirmam que as informações geradas serão consideradas úteis apenas se forem executadas e disponibilizadas no prazo apropriado, consolidando a ideia de Pereira (2011), que se o período de *audit delay* for prolongado, isso pode aumentar a percepção de risco associado à entidade, levando os stakeholders a questionar a precisão das informações financeiras e a confiabilidade da firma de auditoria. Essas dúvidas podem resultar em consequências como a venda de ações ou a exigência de retornos mais altos.

Tendo em vista a importância do *audit delay* para avaliar a eficiência e a transparência dos processos de auditoria de uma empresa, alguns estudiosos tiveram a iniciativa de constatar quais organizações e fatores tendem a ter um maior atraso na apresentação do relatório de auditoria, seguindo essa linha de raciocínio, Pereira e Costa (2012) observaram que entidades menores e inclinadas ao reporte de perdas podem enfrentar *audit delay* mais longo, isso pode ocorrer devido a recursos limitados, complexidade reduzida, bem como uma revisão mais cautelosa pelos auditores, podendo ocasionar processos contábeis mais longos e, conseqüentemente, atrasos na conclusão da auditoria.

2.2 Gerenciamento de resultados

Healy e Wahlen (1999) conceituam o gerenciamento de resultados como sendo a prática que ocorre quando os administradores utilizam seu julgamento ao manipular as demonstrações financeiras e ao planejar transações, com o objetivo de distorcer as informações fornecidas. Esse comportamento não apenas altera a percepção dos stakeholders sobre a saúde econômica da empresa, mas também pode influenciar os resultados contratuais vinculados às informações contábeis apresentadas.

Para Parfet (2000), o gerenciamento de resultados possuem duas vertentes a *bad earnings management* e *good earnings management*, a primeira linha de pensamento é relacionado as práticas contábeis que são manipuladas e refletem o resultado da entidade de forma negativa, incluindo a manipulação de receitas, despesas, além de diversos outros componentes que fazem parte das demonstrações financeiras, tais práticas costumam ser desenvolvidas de forma aproveitadora para ludibriar os stakeholders e investidores sobre a real situação da organização para benefício próprio. Já a segunda é relacionada a práticas contábeis que possuem o foco em demonstrar com precisão o desempenho financeiro da entidade incluindo ajustes e escolhas contábeis que são realizados para disponibilizar uma imagem mais precisa e justa, sem prejudicar ou interferir a real na situação da empresa e beneficiar quaisquer credores.

As práticas de gerenciamento de resultados podem surgir tanto da estruturação de transações quanto do julgamento, a primeira ideia referindo-se as ações administrativas concretas que afetam o fluxo de caixa da entidade e a segunda direcionada a liberdade de tomar decisões com base no próprio julgamento por parte dos administradores ao aplicar as normas contábeis vigentes (Oliveira, 2016).

Martinez (2013) concluiu que o gerenciamento de resultados pode ter duas abordagens, sendo elas: gerenciamento de resultados por accruals (GRA) e o gerenciamento de resultados por decisões operacionais (GRDO), e destaca que ambas demonstram algumas diferenças fundamentais, incluindo o impacto no fluxo de caixa operacional.

Recorrendo à literatura profissional, definições claras de gerenciamento de resultados são difíceis de discernir a partir de pronunciamentos e/ou declarações e discursos de

reguladores, embora uma forma extrema de gerenciamento de resultados - fraude financeira - seja bem definida (Dechow *et al.*, 2000), sugerindo que embora o conceito de gerenciamento de resultados seja amplamente reconhecido, sua definição específica pode ser ambígua, podendo tornar-se um desafio para reguladores identificarem e abordarem adequadamente essa prática nas organizações.

No que se refere a mensuração, McNichols e Wilson (1988) detalharam a estrutura base dos accruals, nas quais as acumulações totais (accruals totais) são integradas por duas vertentes distintas, sendo elas: discricionária (accruals discricionários) e não discricionária (accruals não discricionários). Erfurth *et al.* (2013) também chegaram à conclusão de que os accruals são a diferença entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido, ou seja, quanto maior o valor dos accruals, maior é a diferença entre o lucro contábil e o caixa gerado. Ademais, Teoh *et al.* (1998) enfatizando esses fatos, determinaram que os accruals não discricionários são proxies para o reconhecimento de accruals além do alcance de avaliação dos administradores, e os accruals discricionários são proxies para o gerenciamento de resultados.

Há ainda outros métodos para o gerenciamento de resultados, como o gerenciamento por produção, que é relacionado a ajustes nas atividades operacionais da organização para impactar os resultados financeiros, como o aumento da produção para alcançar determinadas metas. Em outra vertente há o gerenciamento por despesas discricionárias, que envolve a manipulação de despesas não prioritárias, para a influência dos lucros. Por fim, há o método de gerenciamento por fluxo de caixa, que envolve postergar ou adiantar receitas ou despesas para melhorar o fluxo de caixa. Assim, conclui-se que cada abordagem possui sua própria particularidade para o melhor desempenho da entidade.

2.3 Hipótese de Pesquisa

O gerenciamento de resultados por atividades reais inclui práticas como superprodução para reduzir o custo dos produtos vendidos, concessão de descontos temporários para aumentar as vendas e redução agressiva de despesas discricionárias, gerando assim fluxos de caixa anormais que chamam a atenção dos auditores (Roychowdhury, 2006). Nesse sentido, dado que essas manipulações operacionais podem sinalizar práticas de gerenciamento de lucros para evitar perdas, os auditores externos podem precisar de um esforço maior de verificação, resultando em possíveis atrasos nos relatórios de auditoria.

Essa perspectiva é destacada por Pacheco-Paredes e Wheatley (2021), que buscaram esclarecer quais eram as reações dos auditores ao gerenciamento de resultados por atividades reais e como isso afeta o tempo necessário para a conclusão das auditorias. Eles constataram que o *audit delay* e o gerenciamento de resultados por atividades reais estão interligados por meio de uma complexa relação de riscos e esforços esperados dos auditores. O gerenciamento de resultados, ao manipular fluxos de caixa, produção e despesas discricionárias para atender a metas de curto prazo, pode sinalizar práticas agressivas, aumentando, assim, a necessidade de uma auditoria mais detalhada. Além disso, foi constatado que esses atrasos são mais evidentes em organizações com perfil de risco mais elevado ou que enfrentam restrições de tempo para o cumprimento dos prazos estipulados. Assim, esse cenário sugere que os auditores respondem ao gerenciamento de resultados ampliando seus esforços de auditoria, seja por meio de testes substantivos adicionais ou pela precificação dos riscos, assegurando assim a qualidade das demonstrações financeiras e a confiança dos investidores.

Em um contexto nacional, baseando-se na pesquisa de Valadares (2019), há indícios de que níveis mais altos de gerenciamento de resultados estão associados a *audit delays* mais longos. Tal fator pode ser explicado porque o gerenciamento de resultados pode acarretar complexidades adicionais nos processos de auditoria.

Assim, tendo como base tais evidências, é possível afirmar que organizações que adotam práticas mais sistemáticas e rigorosas de gerenciamento de resultados podem enfrentar auditorias mais demoradas, o que pode influenciar a percepção das partes

interessadas na organização sobre a transparência e a credibilidade das informações financeiras divulgadas. Ressaltando a importância de uma auditoria rigorosa e independente na garantia da qualidade e da integridade das demonstrações financeiras das entidades.

Dessa forma, a ideia de que a influência do gerenciamento de resultados no *audit delay* possui um maior impacto a longo prazo no contexto brasileiro é substantiada por diversas dinâmicas observadas na prática contábil de auditoria, como visto em estudos anteriormente. Destacando assim, a importância de práticas contábeis transparentes e éticas para garantir a confiabilidade do mercado e sustentabilidade das empresas brasileiras no longo prazo.

H1: O gerenciamento de resultados exerce uma influência positiva no *audit delay* contexto brasileiro

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Amostra e Coleta de Dados

Este estudo tem como objetivo analisar a influência do gerenciamento de resultados no *audit delay*. Dessa maneira, se faz necessário classificar a seguinte pesquisa como descritiva, utilizando métodos quantitativos e documentais para a obtenção dos dados, visando descrever e entender fenômenos específicos, bem como expor as características e investigar as relações entre variáveis relevantes de forma objetiva e sistemática.

A pesquisa utilizou dados do período 2014 a 2022, para englobar tanto o contexto prévio à pandemia quanto o período durante e após a pandemia, possibilitando uma análise abrangente e contrastante dos impactos do gerenciamento de resultados no *audit delay*. Por conseguinte, a população do presente estudo é de 482 companhias abertas no Brasil, Bolsa, Balcão (B3). Entretanto, após exclusão das companhias financeiras e daquelas em que faltaram dados divulgados ou estes foram feitos de maneira inconsistentes, a amostra final é composta por 174 empresas, e os dados referentes às variáveis foram obtidos através do banco de dados Thomson Reuters Eikon e da B3. A justificativa para exclusão das empresas do setor financeiro se deve ao fato de que estas devem apresentar conformidades em relações às legislações específicas.

3.2 Variáveis

Foi estimado o modelo de regressão para dados em painel proposto que teve como variável dependente o *audit delay*, e como variáveis independentes as seguintes variáveis: gerenciamento por atividades reais (GR), comitê de auditoria (COMAUDIT), parecer sem ressalva (RESSALVA), qualidade da empresa de auditoria (BIGFOUR), tamanho da empresa (LNAT) e alavancagem financeira da empresa (ALAV).

Quadro 1 - Descrição das Variáveis

Tipo de Variável	Código	Descrição	Definição	Embasamento Teórico
Dependente	(AUDITD)	<i>Audit delay</i>	O tempo de emissão do relatório de auditoria, sendo mensurada através do número de dias entre o final do ano calendário da empresa e a data de assinatura do relatório	Afify (2009); Al-Ajmi (2008); Hossain e Taylor (1998); Pereira e Costa (2012).

Independente	(GR)	Gerenciamento de resultados	Nível de gerenciamento por atividades reais.	Roychowdhury (2006)
Independente	BIGFOUR	Qualidade da firma de auditoria independente	Dummy que assume 1 caso a companhia tenha sido auditada por uma empresa Big Four e 0 caso contrário.	Elijah (2015); Hsu, (2016).
Independente	COMAUDIT	Comitê de Auditoria	Dummy que assume 1 caso a empresa possua em sua estrutura comitê de auditoria e 0 caso contrário.	Vuko e Čular (2014); Hassan (2016).
Independente	RESSALVA	Parecer sem ressalva	Dummy que assume 1 se o relatório de auditoria não contenha ressalva, 0 caso contrário.	Pereira e Costa (2011); Chan, Luo e Mo (2016).
Independente	ALAV	Alavancagem da firma auditada	Alavancagem financeira da empresa.	Hsu (2016)
Independente	LNATV	Tamanho da empresa	Logaritmo do Ativo Total ao final do exercício	Bonsón-Ponte, Escobar-Rodríguez e Borrero-Domínguez (2008), Krishnan e Yang (2009); Pereira e Costa (2011)

Fonte: Elaborado conforme literatura.

Na variável independente GR (gerenciamento de resultados) as análises foram baseadas em três vertentes baseadas no modelo de Roychowdhury (2006), sendo elas: gerenciamento por produção (PROD), gerenciamento por fluxo de caixa (CFO) e gerenciamento por despesas discricionárias (DISX). Para identificar manipulação através das atividades operacionais reais, é necessário aplicar modelos empíricos, basicamente, esses modelos ajudam a estimar o nível normal dessas atividades, ou seja, o que sobra na regressão (resíduos) representa o nível anormal.

Roychowdhury (2006) propôs três métricas para identificar práticas de gerenciamento de resultados por meio de atividades reais. O primeiro modelo foi para despesas discricionárias anormais, que se referem a gastos discricionários, como publicidade e despesas gerais e administrativas, onde empresas podem manipular essas despesas para melhorar artificialmente os lucros, esse modelo é descrito na equação 1.

$$\frac{DISX_t}{A_{t-1}} = \alpha_0 + \alpha_1 \frac{1}{A_{t-1}} + \alpha_2 \frac{Sales_{t-1}}{A_{t-1}} \quad (1)$$

Onde,

$DISX_t$ = Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas no período t;

$Sales_{t-1}$ = Receita Líquida no período t-1;

A_{t-1} = Ativo Total no período t-1.

O segundo modelo proposto foi o gerenciamento por fluxo de caixa operacional anormal, que se refere ao fluxo de caixa operacional além do nível esperado, junto a isso, é importante ressaltar que cortes em despesas discricionárias podem aumentar o fluxo de caixa operacional, sugerindo práticas de manipulação de resultados, conforme descrito na equação 2.

$$\frac{CFO_t}{A_{t-1}} = \alpha_0 + \alpha_1 \frac{1}{A_{t-1}} + \alpha_2 \frac{Sales_t}{A_{t-1}} + \alpha_3 \frac{\Delta Sales_t}{A_{t-1}} \quad (2)$$

Onde,

CFO_t = Fluxo de Caixa Operacional no período t;

$Sales_t$ = Receita Líquida no período t;

$\Delta Sales_t$ = Receita Líquida no período t – Receita Líquida no período t-1;

A_{t-1} = Ativo Total no período t-1.

Por fim, o terceiro modelo de gerenciamento por produção anormal, onde empresas podem aumentar a produção para diluir custos fixos por unidade, o que aparenta aumentar as margens de lucro, mesmo que artificialmente, sendo descrito na equação 3.

$$\frac{PROD_t}{A_{t-1}} = \alpha_0 + \alpha_1 \frac{1}{A_{t-1}} + \alpha_2 \frac{Sales_t}{A_{t-1}} + \alpha_3 \frac{\Delta Sales_t}{A_{t-1}} + \alpha_4 \frac{\Delta Sales_{t-1}}{A_{t-1}} \quad (3)$$

Onde,

$PROD_t$ = Custos da Receita Líquida no período t + Δ Estoques no período t;

$Sales_t$ = Receita Líquida no período t;

$\Delta Sales_t$ = Receita Líquida no período t – Receita Líquida no período t-1;

A_{t-1} = Ativo Total no período t-1.

Com base nos estudos anteriores de Hsu (2016) e Elijah (2015) sobre a qualidade da firma de auditoria, é esperado que exista uma relação positiva entre a atuação das quatro grandes empresas de auditoria (Big Four) e o atraso no relatório de auditoria. Dessa forma, é possível perceber que as empresas auditadas pelas Big Four são propensas a terem um procedimento de auditoria mais cauteloso e completo, o que, pode ocasionar em um aumento no tempo necessário para finalizar a auditoria e realizar a emissão do relatório.

No que se refere ao comitê de auditoria, de acordo com as pesquisas e análises de Vuko e Čular (2014) e Hassan (2016), é esperado uma relação negativa com o *audit delay*, ou seja, as entidades que possuem um comitê de auditoria na maioria dos casos apresentam tendência a possuir um menor período entre o fim do período contábil e a emissão do relatório do auditor independente. Em linhas finas, a presença de um comitê de auditoria considerada como um mecanismo de acompanhamento suplementar dentro da organização, que é responsável por supervisionar as atividades tanto de gestão quanto de processos internos, o que pode facilitar a atuação e o trabalho dos auditores, promovendo informações tempestivas e relevantes, ocasionando em uma auditoria mais eficiente e ágil.

Empresas com longo *audit delay* tendem a terem algum tipo de ressalva no relatório do auditor, constataram Chan, Luo e Mo (2016), bem como Pereira e Costa (2012). Além disso, é importante destacar o parecer do auditor pode constar uma opinião não modificada, ou parecer com ressalva, quando consta: opinião com ressalva, opinião adversa ou abstenção de opinião.

Para Hsu (2016), a alavancagem da firma auditada esta positivamente associada ao *audit delay*. Demonstrando que entidades que com uma maior alavancagem financeira possuem um intervalo prolongado entre o encerramento do período contábil e a divulgação do relatório de auditoria.

Espera-se, de acordo com as pesquisas de Bonsón-Ponte, Escobar-Rodríguez, e Borrero-Domínguez (2008), Krishnan e Yang (2009), e Pereira e Costa (2011) que a relação da variável independente, tamanho da empresa, possua um vínculo negativo com o *audit delay*, à medida que entidades maiores e com grandes ativos totais, tenham um menor

período para a entrega dos relatórios do auditores independentes, em razão de seus recursos disponíveis, maior adaptação e conhecimento das regulamentações, bem como uma maior estrutura organizacional.

3.3 Modelo Econométrico

O modelo econométrico adotado foi para análise de dados em painel, demonstrando o *audit delay* como variável dependente, e as seguintes variáveis como independentes: gerenciamento por atividades reais (GR), qualidade da firma de auditoria (BIGFOUR), parecer sem ressalva (RESSALVA), possuir comitê de auditoria (COMAUDIT), tamanho da empresa (LNATV) e alavancagem financeira (ALAV). Conforme evidenciado na equação a seguir:

$$AUDITD_{i,t} = \alpha_i + \beta_1 GR_{i,t} + \beta_2 COMAUDIT_{i,t} + \beta_3 RESSALVA_{i,t} + \beta_4 BIGFOUR_{i,t} + \beta_5 LNAT_{i,t} + \beta_6 ALAV_{i,t} + \mu_{i,t}$$

Onde,

AUDITD_{i,t} representa o tempo de emissão do relatório de auditoria, sendo mensurada através do número de dias entre o final do ano calendário da empresa e a data de assinatura do relatório da empresa i no momento t;

GR_{i,t} representa o nível de gerenciamento por atividades reais da empresa i no momento t;

COMAUDIT_{i,t} indica se a empresa i possui comitê de auditoria no momento t;

RESSALVA_{i,t} indica se o relatório de auditoria na empresa i foi do tipo modificado no momento t;

BIGFOUR_{i,t} indica se a empresa i é auditada por uma das 4 maiores firmas de auditoria do mundo, no momento t;

LNAT_{i,t} é logaritmo do ativo total da empresa i no momento t;

ALAV_{i,t} representa a alavancagem financeira da empresa i no momento t.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Análise Descritiva

Inicialmente, foi realizada uma análise dos dados através da estatística descritiva, onde foram incluídos o cálculo da média, desvio-padrão, e valores máximos e mínimos. Os cálculos em questão mostram uma perspectiva inicial do desempenho financeiro das empresas analisadas. O conjunto desses procedimentos fornecem uma avaliação ampla do conjunto de dados, o que abre possibilidades para análises mais complexas posteriormente, de acordo com a tabela abaixo. Para além disso, o gerenciamento por atividades reais (GR), foi analisado sob três perspectivas: gerenciamento por produção (PROD), gerenciamento por fluxo de caixa (CFO) e gerenciamento por despesas discricionárias (DISX).

Tabela 1 – Estatística Descritiva

Variáveis	Obs	Média	Desvio-Padrão	Mínimo	Máximo
AUDITD	1235	78.289	59.732	20	1034
PROD	1235	-0.004	0.119	-0.391	0.302
CFO	1235	-0.006	0.077	-0.247	0.21
DISX	1235	-0.001	0.091	-0.206	0.29
BIGFOUR	1235	0.702	0.458	0	1
COMAUDIT	1235	0.291	0.454	0	1
RESSALVA	1235	0.964	0.187	0	1
ALAV	1235	0.303	0.223	0	1.24
LNAT	1235	21.818	1.792	17.232	25.823

Nota: PROD = Nível anormal de Produção; CFO = Fluxo de Caixa Operacional anormal; DISX = Despesas Discricionárias anormais.

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com os dados apresentados, é possível observar as estatísticas baseadas em 1.235 observações. Destarte, nota-se que a média do *Audit Delay* (AUDITD) foi de

78.28 dias, com um desvio padrão de 59.73 dias, o que indica uma variação significativa no tempo de conclusão das auditorias. Já o tempo mínimo registrado foi de 20 dias, enquanto o máximo atingiu 1.034 dias. Esses resultados mostram que, apesar de a maioria das empresas cumprir prazos razoáveis, existem casos a parte que aumentam consideravelmente o processo de auditoria, fato esse que pode ocorrer devido à complexidade das operações ou à alta qualidade das informações contábeis apresentadas. Como afirmam Carcello e Neal (2000) em seu estudo, relatando que o tempo necessário para concluir uma auditoria pode ser influenciado pela complexidade das transações da empresa, onde operações mais intrincadas exigem maior tempo de análise.

Com relação a análise da variável PROD, percebe-se uma média de -0,004, com um desvio-padrão de 0,119, e uma variação que vai de -0,391 a 0,302, sugerindo assim, que em média, as anomalias na produção estão próximas de zero, mas com variações que indicam algumas empresas apresentando desvios significativos. Enquanto isso, na variável CFO, a média observada foi de -0,006, com um desvio-padrão de 0,077, que assim como em PROD, as anomalias nos fluxos de caixa operacional também são próximas de zero, mas a variação é menos acentuada, com valores indo de -0,247 a 0,21. Já a variável DISX mostrou uma média de -0,001 e desvio-padrão de 0,091, onde seus valores variam de -0,206 a 0,29, mostrando assim que as anomalias em despesas de investimento são, em média, insignificantes.

Na variável de governança corporativa (BIGFOUR), identificamos que 70,2% das empresas auditadas são conduzidas por firmas da Big Four, refletindo uma predominância das grandes empresas de auditoria no país, fato esse que pode impactar de forma positiva a qualidade das informações contábeis e, conseqüentemente, o tempo de auditoria e a necessidade de reapresentações, ideias que corroboram com o estudo de Almeida e Almeida (2009), que investigaram como as grandes firmas de auditoria atuantes no Brasil influenciam o gerenciamento de resultados das empresas auditadas.

Pereira (2011) destaca em sua pesquisa que o *audit delay* está vinculado à qualidade da informação, indicando que prazos mais curtos para a entrega do parecer resultam em especificações mais precisas. Assim, pode-se inferir que as melhores características do comitê de auditoria estão associadas a um menor atraso nas auditorias. No entanto, ao observar a presença de um comitê de auditoria (COMAUDIT), percebemos que em 29,1% das empresas essa prática ainda não é comum, concluindo assim que a implementação de um comitê pode, de fato, aprimorar a supervisão das informações.

Sobre a variável ALAV, a média encontrada foi de 0,303 e o desvio-padrão de 0,223, variando de 0 a 1,24. Podemos notar que as diferenças na estrutura de capital refletem mudanças significativas entre as entidades, que podem influenciar diretamente o tempo de auditoria e a qualidade das informações contábeis. Por fim, na variável tamanho da empresa (LNAT), foi apresentada uma média de 21,8 e um desvio-padrão de 1,792, com seus valores variando de 17,2 a 25,8, indicando assim que as empresas analisadas tendem a ser de grande porte, o que pode exigir processos de auditoria mais complexos.

Tabela 2 - Matriz de Correlação de Spearman

Variáveis	-1	-2	-3	-4	-5	-6	-7	-8	-9
(1) AUDITD	1.000								
(2) PROD	0.150	1.000							
(3) CFO	0.247	0.305	1.000						
(4) DISX	0.021	-0.623	0.025	1.000					
(5) BIGFOUR	-0.152	-0.103	-0.106	-0.095	1.000				

(6) COMAUDIT	-0.113	-0.021	-0.108	-0.112	0.269	1.000			
(7) RESSALVA	-0.184	-0.045	-0.077	-0.120	0.091	0.115	1.000		
(8) ALAV	0.047	0.174	0.039	-0.240	0.223	0.097	-0.031	1.000	
(9) LNAT	-0.225	-0.014	-0.153	-0.282	0.459	0.343	0.106	0.323	1.000

Nota: Anormal PROD = Nível anormal de Produção; Anormal CFO = Fluxo de Caixa Operacional anormal; Anormal DISX = Despesas Discricionárias anormais.

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme a matriz de correlação de Spearman apresentada, os coeficientes vão de -1 a +1, onde valores próximos a +1 ou -1 indicam forte correlação positiva ou negativa, enquanto valores próximos a 0 sugerem ausência de associação. Ao analisar as correlações das variáveis, podemos notar que o AUDITD apresenta correlação positiva com PROD (0.150) e CFO (0.247), mostrando que maiores atrasos nas auditorias estão ligados a anomalias na produção e no fluxo de caixa operacional. Porém, também é possível notar que essa variável possui correlação negativa com o tamanho da empresa

(LNAT) (-0.225), BIGFOUR (-0.152) e RESSALVA (-0.184), sugerindo que empresas maiores e auditadas por grandes firmas tendem a ter prazos de auditoria menores.

No que se refere a PROD, a variável correlaciona-se de forma positiva com CFO(0.305), indicando que anomalias na produção estão ligadas a anomalias no fluxo de caixa. Já o CFO apresenta correlação positiva com as variáveis BIGFOUR (0.106) e ALAV (0.039), sugerindo que empresas com anomalias no fluxo de caixa têm uma grande probabilidade de serem auditadas por grandes firmas de auditoria e de apresentarem níveis de endividamento mais altos.

A correlação na variável DISX mostra-se negativa significativa com ALAV (-0.240), indicando que anomalias nas despesas de investimento podem estar associadas a uma estrutura de capital menos saudável. Contudo, a variável BIGFOUR apresenta correlação positiva com ALAV (0.223) e Comitê de Auditoria (COMAUDIT) (0.269), reforçando mais ainda a ideia de que empresas com maior endividamento e comitês de auditoria tendem a contratar grandes firmas de auditoria para suas operações.

Já no que diz respeito a variável LNAT, podemos notar uma correlação positiva com todas as demais, especialmente com ALAV (0.323) e BIGFOUR (0.459), sugerindo que empresas maiores geralmente possuem mais dívidas e são auditadas por grandes organizações de auditoria. A presença de um Comitê de Auditoria correlaciona-se também de forma positiva com BIGFOUR (0.269) e RESSALVA (0.115), mostrando que a presença desse comitê está fortemente associada a uma maior probabilidade de receber pareceres favoráveis.

Por último, a análise de correlação indica que o *Audit Delay* é influenciado por variáveis como o tamanho da empresa e a qualidade da auditoria. As empresas auditadas por grandes firmas tendem a ter prazos de auditoria mais curtos, haja visto que organizações maiores possuem uma maior estruturação para tais casos, enquanto aquelas com anomalias significativas em suas demonstrações financeiras podem sofrer maiores atrasos. Destarte, as correlações encontradas entre as variáveis de governança e auditoria reforçam a importância de uma boa estrutura de governança na gestão de riscos e na qualidade das informações financeiras. Além disso, as correlações relativamente baixas relacionadas à pandemia indicam que o impacto da Covid-19 sobre as variáveis analisadas foi limitado, sugerindo que essa pode ser uma área a ser explorada em estudos futuros.

4.2 Análise da Regressão

Considerando que o gerenciamento por atividades reais (GR), foi analisado sob três perspectivas, os dados foram analisados em três modelos, tendo como variáveis independentes: gerenciamento por produção (PROD), gerenciamento por fluxo de caixa (CFO) e gerenciamento por despesas discricionárias (DISX), respectivamente, detalhados na Tabela 3.

Em relação aos pressupostos, o teste de Shapiro-Wilk revelou que os resíduos dos modelos não seguem uma distribuição normal ($p < 0,01$). Essa violação sugere que as

conclusões obtidas podem não ser aplicáveis a outras situações, comprometendo a confiabilidade das inferências fora do contexto analisado. Já o teste de Breusch-Pagan/Cook-Weisberg também foi significativo ($p < 0,01$), revelando heterocedasticidade, ou seja, a variância dos erros não é constante ao longo dos valores das variáveis independentes. Para corrigir isso, foram usados erros-padrão robustos.

No pressuposto de VIF, o valor médio do fator de inflação da variância, foi próximo a 3, mostrando que não há problemas de multicolinearidade entre as variáveis explicativas, indicando que as variáveis independentes não estão altamente correlacionadas entre si. Por fim, o teste de Ramsey RESET, que não foi significativo ($p > 0,05$), indicando ausência variáveis omissas, bem como mostrando que a forma funcional dos modelos é adequada. Assim, os modelos são considerados confiáveis, com as violações tratadas e uma boa adequação funcional.

Tabela 3 - Regressão Linear Múltipla com dados em *pooled*.

Variáveis	(1) AuditDelay	(2) AuditDelay	(3) AuditDelay
PROD	24.64* (13.08)		
CFO		48.48*** (17.95)	
DISX			20.45 (15.40)
BIGFOUR	0.00557 -2.674	-0.576 -2.760	-1.077 -2.760
COMAUDIT	7.475 -6.224	7.385 -6.238	7.176 -6.206
RESSALVA	-26.16** (10.70)	-24.65** (10.64)	-24.41** (10.95)
ALAV	10.56 -6.504	11.16* -6.441	13.29** -6.465
LNAT	-2.759** -1.227	-2.695** -1.225	-2.732** -1.213
Constante	174.2*** (33.93)	170.1*** (33.93)	169.3*** (33.29)
Ano	Sim	Sim	Sim
Setor	Sim	Sim	Sim
Observações	1,234	1,234	1,234
R-quadrado	0.055	0.056	0.053
Prob>F	3.18***	3.63***	3.21***
Shapiro-wilk	15.343***	15.349***	15.332***
Breusch-Pagan/Cook-Weisberg	917.51***	876.36***	962.49***
VIF	3.07	3.04	3.08
Ramsey RESET	2.12	0.87	0.52

Erros-padrão robustos entre parênteses. *** $p < 0.01$, ** $p < 0.05$, * $p < 0.1$

Fonte: Dados da pesquisa

Mediante análise do primeiro modelo, o resultado indica que o gerenciamento por produção impacta o *audit delay*. Os resultados da regressão linear múltipla confirmaram essa relação entre ambos. O coeficiente da variável PROD é positivo, com uma significância de 10%, indicando níveis de produção anormais *audit delay*. Nesse sentido, essa conclusão diverge dos resultados principais obtidos por Valadares (2019) que concluiu em seu estudo que um dos fatores que possuem mais impacto no *audit delay*, seriam os accrulas discricionários.

No segundo modelo, foi apresentado que anomalias relacionadas ao gerenciamento por fluxo de caixa teriam um impacto significativo no *audit delay*, assim como afirmam Carslaw e Kaplan (1991), concluindo que a má qualidade da informação financeira, incluindo irregularidades no fluxo de caixa, pode aumentar a complexidade do processo de auditoria, resultando em atrasos nos relatórios. Nesse sentido, os resultados da regressão no modelo (2) indicam que o coeficiente da variável CFO é positivo e altamente significativo ($p < 0.01$), confirmando a ideia de que anomalias no comportamento do CFO aumentam o *audit delay*.

Entretanto, a análise sob a perspectiva do gerenciamento por despesas discricionárias não apresentou significância estatística, mostrando que essas anomalias não impactam diretamente o atraso na auditoria, o que pode ser unido a ideia de Bamber *et al.* (1993), que sugere que outros fatores possuem uma influência mais significativa no atraso da auditoria do que as despesas discricionárias.

Em linhas gerais, os resultados evidenciaram que o gerenciamento de resultados por produção e fluxo de caixa apresentaram um impacto significativo no *audit delay*, enquanto o gerenciamento por despesas discricionárias não apresentou significância estatística no modelo. Tal fator pode ocorrer pelo fato da natureza e do impacto que cada tipo de gerenciamento possui nos processos de auditoria. Um exemplo claro seria que o gerenciamento por produção engloba ajustes nos níveis de produção para alcançar metas financeiras, gerando, assim, variações nos estoques e custos operacionais e exigindo uma análise minuciosa por parte dos auditores, consequentemente aumentando o tempo de auditoria.

Nessa mesma vertente, há o gerenciamento por fluxo de caixa, que manipula o reconhecimento das receitas e das despesas da organização, impactando diretamente o caixa da empresa e, novamente, exigindo uma auditoria detalhada, contribuindo para um maior *audit delay*. Por outro lado, o gerenciamento por despesas discricionárias afeta áreas como marketing e afins, que são menos prioritárias e têm um impacto indireto no desempenho financeiro imediato. Dessa forma, esses ajustes são menos evidentes para a auditoria e não demandam uma investigação tão intensiva, resultando em uma influência estatisticamente insignificante no *audit delay*.

Ao analisar as variáveis de controle, a presença de auditoria realizada pelas Big Four's não apresentou significância estatística em nenhum modelo, sugerindo que a reputação da firma auditora não influencia diretamente o *audit delay*. De maneira similar, a presença do comitê de auditoria também não apresentou resultados com significância estatística.

A variável RESSALVA apresentou significância estatística nos três modelos ao nível de 5%, indicando que quando o parecer do auditor independente é emitido sem ressalvas, o *audit delay* diminui em cerca de 25 dias, conforme coeficiente negativo indicado nos resultados. Esse resultado corrobora com os achados de Valadares (2019) que afirma que ter ressalva em seu parecer indica que as empresas tiveram um *audit delay*, estatisticamente maior. Pereira e Costa (2012) também encontraram resultados semelhantes em seus estudos, e destacaram que em casos de parecer com ressalva, há *audit delay*.

Já no que se refere a variável de endividamento (ALAV), podemos perceber que esta apresentou coeficientes positivos, com significância marginal de 10% no modelo 2 (gerenciamento por fluxo de caixa) e 5% no terceiro modelo (gerenciamento por despesas discricionárias), indicando que empresas com maior nível de dívida tendem a ter maiores atrasos no processo de auditoria.

Ao analisar o tamanho da empresa (LNAT), temos que este apresentou um coeficiente negativo e significativo a 5% nos três modelos, indicando que empresas maiores tendem a ter menor *audit delay*, o que se relaciona com os estudos de Givoly e Palmon (1982), que constataram que empresas maiores possuem *audit delay* mais curtos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo em questão demonstrou que o gerenciamento de resultados exerce influência significativa sobre o *audit delay*, especialmente em organizações que utilizam

gerenciamento por produção e gerenciamento por fluxo de caixa, o que pode prejudicar significativamente a tempestividade das informações financeiras e gerar desconfiança entre investidores e outros stakeholders, além disso, outras variáveis, como o parecer sem ressalva, o tamanho da empresa e a alavancagem financeira, também se mostraram relevantes para explicar o *audit delay*. A análise não apresentou significância estatística na relação entre empresas com práticas mais robustas de governança e aquelas auditadas por grandes firmas com *audit delay*. Contudo, o nível de endividamento se mostrou um fator bastante crítico para o aumento do *audit delay*, mostrando com clareza a necessidade de um maior controle financeiro por parte das entidades.

Adicionalmente, com a presente pesquisa, foi possível notar que o gerenciamento de resultados se revelou uma prática contábil de grande relevância para a compreensão do *audit delay*, pois envolve a utilização de técnicas que manipulam indicadores financeiros com o objetivo de atender a expectativas do mercado ou alcançar metas de desempenho. Essa prática, ainda que possa ser usada para melhorar a percepção financeira da empresa, gera desafios para a auditoria, pois interfere na transparência e na qualidade das informações.

No que refere as variáveis, é importante destacar que o gerenciamento de fluxo de caixa (CFO) foi uma das que apresentou maior significância estatística. Basicamente, organizações que manipulam suas entradas e saídas de caixa tendem a aumentar o tempo de auditoria, já que essas práticas dificultam a análise dos auditores. Nesse caso, é possível notar que essa forma de gerenciamento de uma investigação detalhada para garantir que as demonstrações financeiras reflitam a realidade econômica da empresa, ou seja, quanto maior a manipulação do fluxo de caixa, mais tempo os auditores precisam para realizar suas análises e emitir um parecer.

Outro fator importante é o gerenciamento por produção (PROD) com uma significância de 10%, que também impacta diretamente o *audit delay*. Empresas que ajustam seus níveis de produção para manipular resultados financeiros acabam criando desafios adicionais para os auditores. Essas práticas exigem uma verificação minuciosa dos custos e receitas operacionais, o que prolonga o tempo necessário para finalizar a auditoria. Isso reflete a complexidade das operações de produção e o impacto que essas anomalias podem ter na confiança das informações financeiras.

Em contrapartida, o gerenciamento por despesas discricionárias (DISX) apresentou um menor impacto, isso pode ser explicado pois suas alterações são menos evidentes e tendem a ocorrer em áreas de menor prioridade, o que exige menos atenção dos auditores, reforçando assim a necessidade de práticas contábeis transparentes, pois, ao minimizar a manipulação de resultados, é possível contribuir para auditorias mais eficientes e uma maior confiabilidade nas demonstrações financeiras.

Além da variável de gerenciamento de resultado, o parecer sem ressalva apresentou significância estatística nos três modelos ao nível de 5%, ou seja, empresas que recebem pareceres sem ressalva tendem a ter um *audit delay* menor, à medida que os auditores não precisam dedicar mais tempo para revisar inconsistências e negociar ajustes com a administração. Dito isso, é notável que quando há ressalva nos pareceres o processo de auditoria se torna mais extenso para garantir que as informações problemáticas sejam corrigidas antes da emissão do relatório final, aumentando assim o tempo necessário para a conclusão dos trabalhos.

Por outro lado, o tamanho da empresa (LNAT) demonstrou uma influência inversa no *audit delay*, apresentando um coeficiente negativo e significativo a 5% nos três modelos. Basicamente, empresas maiores tendem a apresentar um tempo de auditoria menor, o que pode ser explicado pela maior estruturação organizacional e melhor preparo dessas entidades para lidar com as exigências dos auditores.

Outro fator relevante identificado foi a alavancagem das firmas auditadas (ALAV). Entidades com altos níveis de endividamento apresentam um *audit delay* maior, com significância de 10% no modelo 2 e de 5% no terceiro modelo. Tal fator pode ocorrer porque empresas com maior endividamento exigem uma análise mais detalhada dos passivos e das suas condições financeiras, especialmente para garantir que estão em conformidade com suas obrigações. Enquanto isso, a variável (RESSALVA), apresentou significância estatística

nos três modelos ao nível de 5%, mostrando que quando o parecer do auditor independente é emitido sem ressalvas, há uma diminuição no atraso da emissão dos relatórios de auditoria. Enquanto isso, outras variáveis como gerenciamento por despesas discricionárias (DISX), qualidade da firma de auditoria independente (BIGFOUR) e comitê de Auditoria (COMAUDIT) não apresentaram significância estatística nos modelos apresentados, ou seja, não possuem impacto direto nos atrasos nas emissões dos relatórios de auditoria.

Portanto, os resultados deste estudo evidenciam a importância de fatores como o gerenciamento de resultados e a estrutura financeira das empresas no *audit delay*. O impacto dessas variáveis na tempestividade da auditoria sugere que os auditores devem estar atentos a práticas de manipulação contábil que possam distorcer a realidade econômica das empresas. Além disso, o estudo em questão complementa a ideia da necessidade de auditorias mais rigorosas em empresas com altos níveis de endividamento e práticas gerenciais atípicas.

Por fim, relacionado às limitações do presente estudo, é possível destacar a escassez de artigos que relacionam gerenciamento de resultados e o *audit delay*, o que limita a contextualização dos resultados. Essa escassez, restringe em parte a inovação e o avanço do conhecimento na área, evidenciando a necessidade de novos estudos que explorem essa relação. Além disso, para pesquisas futuras, é sugerido a ampliação do modelo, para que sejam incluídos também empresas não listadas em B3, junto a isso, também é importante citar que a investigação de outras variáveis, como o impacto da governança corporativa e o nível de transparência das informações contábeis, a inclusão desses fatores pode fornecer uma visão ainda mais detalhada sobre os determinantes do *audit delay*, contribuindo assim para o aprimoramento das práticas de auditoria e maior eficiência na divulgação de informações financeiras pelas empresas.

REFERÊNCIAS

AFIFY, H. A. E. Determinants of audit report lag: Does implementing corporate governance have any impact? Empirical evidence from Egypt. **Journal of Applied Accounting Research**, v. 10, n. 1, p. 56-86, 2009.

ALMEIDA, J. E. F.; Almeida, J. C. Auditoria e earnings management: estudo empírico nas empresas abertas auditadas pelas big four e demais firmas de auditoria. **Revista Contabilidade & Finanças-USP**, v. 20, n. 50, 2009.

AL-AJMI, J. Audit and reporting delays: Evidence from an emerging market. **Advances In Accounting**, v. 24, n. 1, p. 217-226, 2008.

ALKHATIB, K.; MARJI, Q. Oportunidade dos relatórios de auditoria: evidências empíricas da Jordânia. **Procedia-Ciências Sociais e Comportamentais**, v. 62, p. 1342-1349, 2012.

AL-THUNEIBAT, Ali A.; KHAMEES, B. A.; AL-FAYOUMI, N. A. O efeito das opiniões dos auditores qualificados sobre os preços das ações: evidências da Jordânia. **Revista AuditoriaGerencial**, v. 23, n. 1, pág. 84-101, 2007.

BALDACCHINO, P. J. *et al.* Uma análise dos relatórios de auditoria apresenta atrasos nas empresas maltesas. In: **Questões Contemporâneas em Finanças: Desafios Atuais em toda a Europa**. Emerald Group Publishing Limited, p. 161-182, 2016.

BAMBER, E. M.; BAMBER, L. S.; SCHODERBEK, M. P. Estrutura de auditoria e outros determinantes do atraso no relatório de auditoria: Uma análise empírica. **Auditoria: A**

Journal of Practice & Theory, v. 1, p 1 – 23, 1993.

BONSÓN-PONTE, E.; ESCOBAR-RODRÍGUEZ, T.; BORRERO-DOMÍNGUEZ, C. Empirical analysis of delays in the signing of audit reports in Spain. **International journal of auditing**, v. 12, n. 2, p. 129-140, 2008.

CARCELLO, Joseph V.; NEAL, Terry L. Audit committee composition and auditor reporting. **The accounting review**, v. 75, n. 4, p. 453-467, 2000.

CARLSAW, Charles A. P.; KAPLAN, Steven E. An examination of audit delay: Further evidence from New Zealand. **Accounting and Business Research**, v. 22, n. 85, p. 21-32, 1991.

CHAN, K. H., Luo, V. W., & Mo, P. L. Determinants and implications of long audit reporting lags: Evidence from China. **Accounting and Business Research**, v. 46, n. 2, 145-166, 2016.

CPC 00 (R2). **Comitê de Pronunciamentos Contábeis**. CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro, de 02 de dezembro de 2019. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>. Acesso em: 05. Fev 2024.

DARNALL, N.; SEOL, I.; SARKIS, J. Influências percebidas das partes interessadas e uso de auditorias ambientais pelas organizações. **Contabilidade, Organizações e Sociedade**, v. 34, n. 2, p. 170-187, 2009.

DECHOW, P. M.; SKINNER, D. J. Gerenciamento de resultados: Conciliando as opiniões de acadêmicos, profissionais e reguladores de contabilidade. **Horizontes contábeis**, v. 14, n. 2, p. 235-250, 2000.

DIAS, G.; ZILIOOTTO, K.; SADY MAZZIONI. Fatores determinantes da qualidade da informação contábil em empresas brasileiras listadas na BM&F Bovespa. **Revista de contabilidade e organizações**, v. 10, n. 27, p. 17–17, 29 ago./2016.

EASTON, P. D. Discussion of Revalued Financial, Tangible, and Intangible Assets: Association with Share Prices and Non-Market-Based Value Estimates. **Journal of Accounting Research**, v. 235-247, 1998.

ELIJAH, A. Corporate attributes and audit delay in emerging markets: **empirical evidence from Nigeria**. **International Journal of Business and Social Research**, v. 5, n. 3, p. 01-10, 2015.

ERFURTH, A. E.; BEZERRA, F. A. Gerenciamento de resultados nos diferentes níveis de governança corporativa. **Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS**, v. 10, n. 1, p. 32-42, 2013.

FAKHFAKH, I.; JARBOUI, A. Earnings Management and Audit Report Lag: The Role of Audit Risk-Tunisian Evidence. **Journal of Accounting and Management Information Systems**, v. 21, n. 1, p. 113-135, 2022.

FRANCO, H; MARRA, E. **Auditoria contábil: normas de auditoria, procedimentos e papéis de trabalho – programas de auditoria – relatórios de auditoria**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

- GIVOLY, D.; Palmon, D. **Timeliness of annual earnings announcements: Some empirical evidence**, *The Accounting Review*, v. 57, n. 3, p. 486–508, 1982
- HASSAN, Y. M. Determinants of audit report lag: evidence from Palestine. **Journal of Accounting in Emerging Economies**, v. 6, n. 1, p. 13-32, 2016.
- HEALY, P. M.; WAHLEN, J. M. Uma revisão da literatura sobre gerenciamento de resultados e suas implicações para o estabelecimento de padrões. **Horizontes contábeis**, v. 13, n. 4, p.365-383, 1999.
- HOSSAIN, M. A.; TAYLOR, P. J. An examination of audit delay: Evidence from Pakistan. **Papers**, v. 64, p. 1-16, 1998.
- HSU, H. An Empirical Analysis on the Determinants of Audit Report Lag. **DEStech Transactions on Social Science, Education and Human Science**, (icss), 2016
- JOHL, S.; JUBB, C. A.; HOUGHTON, K. A. Earnings management and the audit opinion: evidence from Malaysia. **Managerial Auditing Journal**, v. 22, n. 7, p. 688-715, 2007.
- KNECHEL, W. Robert; PAYNE, Jeff L. Additional evidence on audit report lag. **Auditing: A Journal of Practice & Theory**, v. 20, n. 1, p. 137-146, 2001.
- KRISHNAN, J., YANG, J. S.. Recent trends in audit report and earnings announcement lags. **Accounting Horizons**, v. 23, n. 3, p. 265-288, 2009
- LOPES, A. B.; MARTINS, E. **Teoria da contabilidade: uma nova abordagem**. São Paulo: Atlas. 2005
- MARTINEZ, A. L. Gerenciamento de resultados no Brasil: um survey da literatura. **BBR-Brazilian Business Review**, v. 10, n. 4, p. 1-31, 2013.
- MCGEE, J.; PRUSAK, L. **Gerenciamento Estratégico da Informação: aumente a competitividade e a eficiência de sua empresa utilizando a informação como uma ferramenta estratégica**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.
- NICHOLS, D. R.; SMITH, D. B. Auditor credibility and auditor changes. **Journal of Accounting Research**, p. 534-544, 1983.
- MOTA, A. F.; COELHO, A. C. D.; QUEIROZ, L. L. Teorias da Informação" e Teoria da Contabilidade: contribuição para tratamento da informação contábil. In: **XIV Congresso USPContabilidade e Controladoria. São Paulo**. 2014.
- NICHOLS, D. R.; SMITH, D. B. Auditor credibility and auditor changes. **Journal of Accounting Research**, p. 534-544, 1983.
- OLIVEIRA, F. A. **Resultados contábeis gerenciados e desempenho do modelo Ohlson para avaliação de investimentos em empresas brasileiras**, 2016.
- PACHECO-PAREDES, A. A.; WHEATLEY, C. M. Do auditors react to real earnings management? **Advances in accounting**, vol. 55, 2021.
- PARFET, W. U. Accounting subjectivity and earnings management: A preparer perspective. **Accounting Horizons**, v. 14, n. 4, p. 481, 2000.
- PEREIRA, A. N. **Determinantes Do Atraso Em Auditoria Externa (Audit delay) Em**

Companhias Brasileiras. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Contábeis, Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças - FUCAPE, Vitória, 2011

PEREIRA, A. N.; COSTA, F. M. **Determinantes do atraso de auditoria externa (AuditDelay) em companhias brasileiras.** In: Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos ENANPAD, Rio de Janeiro: ENANPAD, 2012.

RODRIGUES, F. F. **Fatores determinantes da evolução das informações divulgadas no relatório da administração das empresas brasileiras de capital aberto.** Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa Multi-institucional e Inter-Regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, da Universidade Federal da Paraíba, Brasília, DF, Brasil. 2012.

ROYCHOWDHURY, S. Earnings management through real activities manipulation. **Sloan School of Management, Massachusetts Institute of Technology**, 2006.

SANTOS, A. D.; GRATERON, I.G. Contabilidade criativa e responsabilidade dos auditores. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 14, p. 07-22, 2003.

SERRANO, M. M.; SILVA, R. L. M.; NARDI, P. C. C. **Audit delay e a relação com a qualidade da informação contábil, custo da dívida e retorno das ações das empresas brasileiras e norte-americanas.** In: XVII CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, São Paulo, 29-31 jul. 2020.

TEOH, S. H.; WELCH, I.; WONG, T. J. Earnings management and the underperformance of seasoned equity offerings. **Journal of Financial economics**, v. 50, n. 1, p. 63-99, 1998.

VALADARES, J. P. A.. **Relação entre audit report lag e gerenciamento de resultados.** 2019. 89 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-Graduação em Controladoria, Finanças e Contabilidade da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

VUKO, T.; ČULAR, M. Finding determinants of audit delay by pooled OLS regression analysis. **Croatian Operational Research Review**, v. 5, n. 1, p. 81-91, 2014.